

Apesar do Plano Brady, dívida total subiu a US\$ 533,76 bilhões

Dívida ^{Dívida externa} latino-americana cresce

A situação atual do endividamento externo da América Latina e do Caribe é extremamente complexa e está dominada pela incerteza, especialmente depois da crise de dezembro do ano passado, conforme avaliação do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA)

Em um documento da Secretaria Permanente do XXI Conselho, que se reunirá a partir de hoje até a próxima quinta-feira em El Salvador, a entidade afirma que a situação é muito complexa. O secretário do SELA, o mexicano Salvador Arriola, disse ontem à agência EFE que os países latino-americanos contam com uma dívida conjunta de mais de US\$ 533,76 bilhões e já não podem depender somente de "capitais golondrinos", ou flutuantes, para se desenvolver.

Desse total, cerca de 75% é referente à soma das dívidas do Brasil (US\$ 151 bilhões), México (US\$ 136 bilhões); Argentina (US\$ 75 bilhões); Venezuela (US\$ 38,8 bilhões); Peru (US\$ 23,055 bilhões); Chile (US\$ 21,470 bilhões); Colômbia (21,445 bilhões); e Equador (US\$ 12,96 bilhões).

O incremento tem sido constante, mesmo considerando as amortizações pagas, os bônus da dívida com

DÍVIDA EXTERNA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

	(em bilhões de US\$)		
	1980	1990	1994*
Estoque total	257,361	476,029	546,981
Dívida de longo prazo	187,195	379,642	437,115
a) Pública e com garantia pública	144,737	354,539	380,450
b) Privada não garantida	42,456	25,102	56,665
Dívida de curto prazo	68,753	78,090	96,483
Fonte: Banco Mundial			
* Projeção.			

os quais se pagaram privatizações e os descontos do Plano Brady, passando dos US\$ 69,93 bilhões em 1975 para US\$ 378,680 bilhões dez anos depois, atingindo US\$ 441,486 bilhões em 1990.

Arriola declarou que serão discutidos também os pontos da reestruturação do SELA, cujos objetivos desde sua criação, há 20 anos, são a integração e a cooperação regional.

No documento divulgado pelo SELA, são definidas quatro etapas da evolução da dívida externa regional a partir de 1975. A primeira, de 1975 até 1981, foi expansiva. Foram feitos empréstimos abundantes e baratos para a região, se caracterizou pela crise petrolífera, reciclagem de petrodólares, recessão nos países desenvolvidos e pela queda das ta-

xas de juro internacionais até 1979.

Desde 1980 a taxa de juro subiu exorbitantemente, em vários países e se sobrevalorizou o tipo de câmbio e muitos agentes econômicos se endividaram excessivamente.

No momento em que o México parou de pagar, terminou o fluxo voluntário de capitais para dar lugar à segunda etapa (1982/90), que é marcada pela crise, caracterizou-se também pela mudança da política monetária norte-americana, pela recessão mundial e pela deteriorização dos termos de intercâmbio para a região latino-americana.

Neste período os países dessa região transferiram recursos às nações desenvolvidas de até US\$ 220,2 bilhões e o Produto Interno Bruto por habitante caiu

7,9% para toda a América Latina. A média de pessoas em situação de pobreza aumentou de 41 para 46%.

Na terceira fase, de 1990 a 1994, ocorre o restabelecimento do fluxo de capitais, que significou para muitos países uma melhora substancial da disponibilidade de divisas.

Na quarta e última etapa, a crise retorna, apesar de parecer não afetar todos os países por igual. A situação mexicana é a responsável pelo início dessa crise.

Enquanto não se podem avaliar todas as repercussões, podem-se sentir os efeitos como redução acentuada do fluxo de capital para vários países, pelo qual se prevê um período de retração econômica.

O documento assinala ainda que ante uma crise podem-se adotar várias soluções ou uma mistura delas. Reforçar a disciplina do mercado, implantar um esquema "caixa de conversão", controlar os movimentos de capital a curto prazo ou criar uma rede de segurança internacional. Estes são os pontos indicados pelo SELA para se tentar contornar a crise. Além disso, o organismo adverte sobre a necessidade de distinguir os capitais de curto e de longo prazo.